

NOME BENEFICIÁRIO	Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior TAGUS
NIFAP	7169044
DESIGNAÇÃO	TAGUS 2027 – Valorizar o Ribatejo Interior
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Apresentação da entidade promotora

A TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior é uma entidade privada constituída em 1993 fruto de uma parceria público privada. Detém uma vasta experiência como Grupo de Ação Local tendo sido reconhecido no âmbito das iniciativas comunitárias LEADER II, LEADER +, PRODER e PDR 2020. A experiência e o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, fortalecido pelos resultados alcançados e pela proximidade com a comunidade, sustentou a preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) 2027, com a ambição renovada de **Valorizar o Ribatejo Interior**, ancorada nos seus ativos estratégicos e numa visão integrada de rentabilização das suas principais forças e potencialidades.

2. Caracterização do Território

A área de abrangência territorial da TAGUS compreende 3 Municípios: **Abrantes, Constância e Sardoal**. É um território que ocupa uma posição geográfica de destaque em plena Região Centro. Atravessado pelo rio Tejo e delimitado, a norte, pelo rio Zêzere, apresenta três biomas terrestres: a floresta, que é predominante, a Lezíria Ribatejana e, a sul, a Charneca. O município de Abrantes é o mais extenso, ocupando uma área de 714,7 km², o que corresponde a cerca de 80,55% do total do território de intervenção, sendo constituído por 13 freguesias: Fontes, Carvalhal, Martinchel, Rio de Moinhos, Tramagal, Mouriscas, Pego, Bemposta, União de Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, União de Freguesias de Alvega e Concavada, União de freguesias de S. Facundo e Vale das Mós, União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede e União de Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo. O município de Sardoal ocupa uma área de 92,15 km² e é composto por 4 freguesias: Santiago de Montalegre, Alcaravela, Sardoal e Valhascos. Por fim, o município de Constância ocupa uma área de 80,37 km², o que representa 9,06% do território de intervenção, e é constituído por 3 freguesias: Montalvo, Constância e Sta. Margarida da Coutada. No total, o território congrega 20 freguesias, maioritariamente de tipologia rural, à exceção de duas freguesias, ambas pertencentes ao Município de Abrantes: UF de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, e UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo. Apesar de não terem sido classificadas como rurais, apresentam um conjunto de características, particularidades e singularidades assentes num perfil de ruralidade e numa rede de cooperação funcional com o restante território que deverão ser consideradas no âmbito da EDL 2027, propondo-se a sua inclusão no DLBC Rural do Ribatejo Interior, à semelhança do assumido no PRODER. A UF de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, com 64,47km² e cerca de 16 123 habitantes apresenta uma densidade de 250,1 hab/km² e a UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, com 58,9 km² e 4104 habitantes apresenta uma densidade de 69,67 hab/km². Estas UF são consideradas territórios de baixa densidade, zonas agrícolas desfavorecidas e são territórios vulneráveis. No PDM atual, na UF de Abrantes e Alferrarede quase dois terços do seu solo está classificado como rústico, e na UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, este valor corresponde a 84% do total do solo. No PDM em estudo, prevê-se que a proporção de solo rústico seja ainda maior em ambas as UF. Nestas UF, situam-se 22% do total de explorações agrícolas e 13% da área agrícola de Abrantes, com particular predominância do olival (14%) e da vinha (14%), produções com particular foco nesta EDL. A floresta é um importante ativo estratégico do território, ocupando, nestas duas UF,

15% da área florestada de Abrantes, e que, tendo sido alvo de incêndios rurais extensos (71% da área total ardida em Abrantes, entre 2013 e 2022), implica necessidades específicas de gestão ativa da floresta. A área de interface com o rio Tejo, outro ativo estratégico da EDL, pelo seu contributo na paisagem e na dinamização da economia local, é de cerca de 3,6km na UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo e cerca de 12km na UF de Abrantes e Alferrarede. Estas duas UF são cruciais para o desenvolvimento da estratégia integrada que foi delineada para o território, por centralizar muita da atividade económica, como mercados ou o núcleo PROVE – Promover e Vender, para escoamento da produção da pequena agricultura do território de intervenção da TAGUS e, pela presença de estabelecimentos escolares, IPSS e outros, facilitando a introdução de alimentos locais no mercado institucional de alimentos. Também se concentram, nestas duas UF, vários serviços que servem as freguesias vizinhas e diversas entidades do sector cultural e recreativo que detêm um papel importante na dinamização do território, na proteção do património, das tradições e da cultura, cujo trabalho desenvolvido não deve deixar de ser articulado e apoiado no âmbito da nova EDL.

Acresce que no sector agroalimentar, em particular de produtos endógenos como o olival/azeite e a vinha/vinho, que constituem ativos estratégicos de enorme importância, as principais empresas de lagares de lagares de azeite e de quintas de produção de vinho, encontra-se sediadas nestas UF, pelo que a não inclusão destas freguesias inviabilizaria um trabalho integrado de valorização destas fileiras. Para além disso, sendo a coesão interna um dos principais enfoques temáticos a desenvolver através, por exemplo, da valorização e promoção turística e a articulação urbano-rural, o espaço territorial de abrangência destas duas UF será determinante para o desenvolvimento das linhas de ação propostas. Assim, considera-se que a inclusão da UF de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede e da UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo no território de intervenção da DLBC Rural será imprescindível na concretização da EDL 2027, por forma a não colocar em causa a cooperação, o trabalho em rede, o desenvolvimento da economia local através de ações integradas e multissetoriais, a coesão interna e a qualidade de vida da população, aspetos essenciais para a concretização dos princípios de abordagem LEADER.

3. Caracterização da Parceria

A parceria territorial é composta por 50 membros representativos de várias áreas de atuação e de setores de atividades, com ação na área de intervenção do território. Do total dos membros da parceria territorial, a grande maioria (68%) são privados e apenas 32 % são públicos. Os parceiros integrantes na parceria são, pelas suas áreas e setores de atividade, considerados fundamentais para a concretização dos objetivos e linhas de ação definidas na macro estratégia, com elevada representatividade do setor social, económico e da sociedade civil. Representa uma parceria com um elevado grau de maturidade, passando de 35 parceiros, na parceira territorial respeitante ao DLBC Rural 2020, para 50 parceiros, revelando um aumento percentual de cerca de 43%. Para além do aumento do número de parceiros apresenta, também, uma maior representatividade de áreas de ação e setores de atividades relevantes para a estratégia delineada, com a introdução de novos setores: indústria, floresta, cinegética, entidades com atuação na área do envelhecimento, produtores agrícolas, entidades de turismo rural e associações de jovens. O processo de constituição da parceria assegurou o seu envolvimento na construção da EDL, de acordo com o descrito no ponto 6, tendo sido, ainda, debatida em Reunião de Assembleia de Parceria Territorial realizada no dia 07/08/2023 e aprovada por unanimidade.



Modelo de Gestão Organizacional

O modelo organizacional e funcional da TAGUS já se encontra definido, fruto da larga experiência acumulada na gestão de fundos comunitários. Além dos seus próprios associados, a TAGUS procurou alargar o seu âmbito a um conjunto de entidades sectorialmente institucionais e importantes para a concretização da estratégia. A Parceria Territorial do Ribatejo Interior designa como Entidade Gestora a TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e estabelece no respetivo Acordo os seus princípios básicos de funcionamento. A TAGUS, enquanto entidade gestora, dá enquadramento legal pela sua personalidade jurídica e coloca ao dispor da parceria a sua equipa técnica local (ETL) multidisciplinar com experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local e na dinamização e promoção dos recursos endógenos territoriais. Com a missão de garantir que a EDL seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada está prevista a criação de três órgãos sociais, a saber, a Assembleia Geral de Parceria Territorial, o Órgão de Fiscalização e o Órgão de Gestão, eleitos por períodos de triénio de entre os membros da parceria.

A Assembleia Geral de Parceria Territorial, que reúne ordinariamente duas vezes por ano, é constituída por todos os parceiros que assinaram o Acordo de Parceria e tem como missão geral discutir e aprovar a EDL, promover o seu acompanhamento, a monitorização e avaliação da sua execução. Ao Órgão de Gestão, para além de representar a parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias, compete-lhe garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL, aprovar os projetos candidatos, assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor à Assembleia Geral da Parceria Territorial alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos. Reúne com uma periodicidade média mensal e é constituído, seguindo as condicionantes regulamentares, por sete elementos representativos da Parceria Territorial.

A Parceria Territorial irá possuir, ainda, um Órgão de Fiscalização, composto por três elementos, ao qual cabe as responsabilidades de fiscalizar os atos do Órgão de Gestão, dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter à Assembleia Geral de Parceria Territorial e velar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares.

4. Diagnóstico da situação do território de intervenção

i. População: É um território fortemente caracterizado pelo despovoamento, pela baixa natalidade, pela perda de população jovem e pelo envelhecimento, predominantemente caracterizado pela baixa densidade. Possui cerca de 41 640 habitantes, tendo perdido nos últimos 10 anos aproximadamente 12% da sua população. O Município de Abrantes foi o que mais população perdeu (12,70%), com as freguesias a norte do concelho, Carvalhal e Fontes, a perderem 26,45% e 25,20% da sua população, respetivamente. O município de Constância registou uma perda populacional de 10,81%, com a freguesia de Santa Margarida da Coutada a registar uma perda populacional de 10,46% e as freguesias de Constância e Montalvo a registarem perdas de 3,52% e 2,82% da população, respetivamente. O município de Sardoal foi o que menos população perdeu, cerca de 6,36%. Entre 2011 e 2021, a faixa etária dos 0 aos 14 anos foi a que mais perdeu população, registando uma diminuição de 29,06%, enquanto que a faixa etária dos 65 ou mais anos registou um aumento de 5,15%. Apesar da perda significativa de população, tem-se verificado a entrada e a fixação no território de migrantes de várias nacionalidades, com particular incidência de países asiáticos como a Índia ou o Nepal, representando uma oportunidade que deverá ser aproveitada para a dinâmica do mercado de trabalho local, através do desenvolvimento de medidas e apoios à sua integração profissional e social.

Em suma, os indicadores apontam para uma clara tendência de declínio demográfico e de dificuldade em fixar a população jovem, em idade ativa, no território, e de envelhecimento progressivo da população, constituindo um dos grandes desafios do território.

ii. Economia e Emprego: Em 2021, os concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal contavam com 3 748 empresas instaladas, das quais 96,42% eram microempresas. O número de empresas, entre 2011 e 2021, aumentou nos Municípios de Constância (11,31%) e Sardoal (8,57%) e diminuiu no Município de Abrantes (-0,58%). A atividade económica dominante em Abrantes e Sardoal é o sector do comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos, enquanto que em Constância domina o sector das atividades administrativas e dos serviços de apoio. Em 2011, era o sector da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio que gerava mais valor acrescentado bruto (VAB) no território, enquanto que em 2021, o sector das indústrias transformadoras alcançou o VAB mais elevado. Relativamente ao volume de negócios, em 2021, foram também os sectores das indústrias transformadoras, da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, e do comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos que registaram os maiores valores. No ano 2021, o concelho de Abrantes foi o que registou maior poder de compra (88,58), seguido do concelho de Constância (81,6). O concelho do Sardoal foi o que apresentou menor poder de compra (39,82). Quando comparados com os valores do poder de compra de Portugal (100), todos estes concelhos apresentam um baixo poder de compra, em especial o concelho de Sardoal. Em 2021, a população ativa nestes concelhos totalizava as 16.872 pessoas, e destas mais de metade (53,14%) tinha 45 anos ou mais. Os sectores que mais empregavam, em 2021, eram as indústrias transformadoras, o comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos e a construção.

Em 2021, a taxa de desemprego era de 7,7% em Abrantes, 5,2% em Constância e 6,3% no Sardoal, tendo diminuído entre 2011 e 2021 em todos os Municípios. Apesar da diminuição da taxa de desemprego no geral, comparando a taxa de desemprego entre géneros verifica-se que é sempre superior no género feminino.

Em suma, no território é predominante, em termos de VAB, o setor secundário, em parte devido a grandes indústrias instaladas no território, tais como a Mitsubishi e a Caima. O setor primário, possui, ainda, pouca expressão no território, com pouca capacidade de atratividade, principalmente na população jovem.

iii. Recursos naturais e culturais: O território da TAGUS caracteriza-se pela diversidade de recursos patrimoniais, naturais e culturais. Possui um vasto património edificado, como o Castelo/Fortaleza de Abrantes, diversas igrejas e capelas, e outros edifícios e locais com valor histórico e cultural, como o Museu dos Rios e das Artes Marítimas e o Jardim Horto de Camões, em Constância ou o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso, no Sardoal. A sua diversidade de recursos naturais permite a fruição dos seus parques de lazer, dos seus miradouros e das suas praias fluviais e de uma variedade de experiências na albufeira de Castelo do Bode, no Aquapólis, no Parque Ambiental de Santa Margarida ou nos Moinhos de Entrevinhas, por exemplo. É, também, um território de uma riqueza ímpar em termos de gastronomia e artesanato: a Palha de Abrantes, as Tigeladas e a Couve de Valhascos são alguns exemplos de pratos típicos gastronómicos e as Bonequinhas de Constância, os Leques do Sardoal e as Malas de Folha de Flandres do artesanato endógeno do território. A realização de eventos culturais e tradicionais como as Pomonas Camonianas ou o Festival Internacional do Carrilhão e do Órgão complementam a multiplicidade de vivências no território. A multiplicidade de recursos do território TAGUS é uma das suas maiores potencialidades.

iv. Produção, infraestruturas e serviços básicos:

Agricultura e Floresta: O território é maioritariamente constituído por floresta (76,6%). A área de floresta é essencialmente constituída por sobreiro, eucalipto e pinheiro bravo, sendo que as florestas

de sobreiro estão localizadas maioritariamente a sul do território e as florestas de pinheiro bravo e eucalipto no norte e centro do território. A parte agrícola representa 17,3% do território e o edificado 3,9%. Analisando a superfície ocupada pela agricultura, verificamos que predominam os olivais e as culturas temporárias de sequeiro e regadio. Entre 1999 e 2019, os três municípios registaram quebras no número de explorações agrícolas, contudo, a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por exploração agrícola aumentou, registando-se uma diminuição do número das pequenas explorações em todos os municípios. Embora tenha vindo a perder área ao longo do tempo, a cultura da azeitona para produção de azeite ainda é a cultura que tem maior expressão nos três municípios que compõem o território de intervenção da TAGUS. Entre 2009 e 2019, as culturas de vinha para vinho, no Sardoal, e de outros frutos secos, em Abrantes, ganharam expressão representando, em 2019, 20,20% e 18% do total das culturas permanentes, respetivamente. No território de intervenção da TAGUS as culturas de azeitona, outros frutos secos, vinha e nogueira ocupam mais de 98% da área de culturas permanentes. Relativamente às culturas temporárias, predominam, as “outras culturas arvenses” (e.g. horticultura extensiva e culturas forrageiras), embora a sua maior expressividade esteja concentrada em Abrantes. Nos últimos 20 anos, verificou-se uma diminuição, ou mesmo desaparecimento, das restantes culturas temporárias (hortícolas, cereais, oleaginosas e leguminosas). A mão-de-obra familiar representa a esmagadora maioria do trabalho agrícola, com proporções superiores a 90% em Abrantes e Sardoal, e superior a 70% em Constância. Porém, em Constância verificou-se um aumento da mão-de-obra não familiar, entre 2009 e 2019.

Sendo um território ocupado por uma elevada mancha florestal, tem registado ao longo dos últimos anos, ocorrências diversas em termos de incêndios rurais. As freguesias vulneráveis do território, que apresentam maior suscetibilidade e perigosidade de incêndio rural, são: Constância, no concelho de Constância; Martinchel, Fontes, Carvalhal, Rio de Moinhos, Mouriscas, UF da Aldeia do Mato e Souto, UF de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, no concelho de Abrantes; Santiago de Montalegre, Alcaravela, Sardoal e Valhascos, no concelho de Sardoal.

Mercados locais e cadeias curtas: A população tem disponíveis alguns mercados locais – mercados municipais, feiras retalhistas. Neste domínio destacam-se, no Sardoal, a loja de produtos tradicionais da região – “Cá da Terra” e, em Abrantes, um núcleo PROVE – Promover e Vender em Abrantes, ambos apoiados pela TAGUS no âmbito dos quadros comunitários anteriores. Apesar da existência destes mercados, verifica-se a necessidade de desenvolver um esforço adicional na promoção dos mercados locais e na estruturação de cadeias curtas de abastecimento, dando um maior enfoque aos produtores e produtos locais. Como exemplo deste esforço, surgiu a plataforma de e-commerce “Praça Ribatejo Interior”.

Energia e Mobilidade: O território é servido por vários serviços de transportes coletivos de passageiros, nomeadamente os transportes urbanos, transporte escolar, transporte a pedido e serviços de táxis. Em termos rodoviários é servido pela Rede Expressos e em termos ferroviários é servido pela Linha da Beira Baixa e pela Linha do Leste. Em Constância existe um cais de travessia do rio Tejo de barco. Apesar do território ser servido pelo serviço de transportes intermunicipais do Médio Tejo, verifica-se, uma maior dificuldade em termos de mobilidade para as freguesias e aldeias mais rurais, mitigada, em parte, pela dinamização dos serviços de transportes a pedido.

Em termos de energia, importa referir que a central termoelétrica do Pego foi a última unidade produtora de energia a partir do carvão existente em Portugal, tendo sido decidido pelo Governo o seu encerramento no final de 2021, marcando uma das medidas no plano de transição energética do país. Em alternativa, está a ser desenvolvido em Abrantes um investimento significativo que combina a hibridização de fontes renováveis e o seu armazenamento. A TAGUS faz parte do grupo de trabalho envolvido nos impactos sociais e económicos destes processos. Ao abrigo da organização do Sistema Elétrico Nacional, foi criada uma Zona Livre Tecnológica para energias

renováveis no Município de Abrantes, com o objetivo de atrair investimento nesta área para o território.

Ensino e Solidariedade Social: No território existem 46 estabelecimentos de ensino, do jardim de infância ao ensino superior, que se encontram concentrados na região central, mais urbana dos três Municípios. Na realidade, 6 freguesias não têm qualquer oferta, sendo que 5 destas se situam no norte do território de intervenção da TAGUS.

Em termos de creche e pré-escolar, existem 8 estabelecimentos de creche e 6 de pré-escolar, na sua grande maioria, sem vagas disponíveis. Para apoio aos idosos, o território conta com 13 Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), 15 Centros de Dia (CD) e 17 respostas de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Apenas a resposta de CD apresenta vagas disponíveis para integrar novos idosos (a ocupação é de apenas 24% da capacidade total) enquanto as respostas de SAD e ERPI possuem praticamente a sua capacidade lotada (ocupação 96%). Sendo o envelhecimento uma das características da população, e verificando-se a lotação de equipamentos e respostas sociais, o desenvolvimento de novos serviços/respostas nesta área deverá integrar os objetivos da EDL.

v. Sustentabilidade e Clima:

O território TAGUS encontra-se numa zona de transição climática, com o norte do território a apresentar um clima temperado com verão seco e suave, e o sul a apresentar um clima temperado com verão seco e quente. As projeções para o futuro apontam para uma diminuição da precipitação média anual, uma subida da temperatura média anual e um aumento da ocorrência de fenómenos climáticos extremos, como tempestades, tornados, cheias e inundações. As alterações climáticas descritas poderão vir a traduzir-se num diversificado conjunto de impactos, vulnerabilidades e riscos para o território, nomeadamente, possíveis perdas de produção na agricultura, pecuária, silvicultura e floresta, alterações na biodiversidade e no património natural do território e interrupção ou redução do fornecimento de água e/ou redução da sua qualidade. Procurando mitigar estas alterações climáticas, foram definidos no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo como setores-chave de atuação das medidas de adaptação: a agricultura, floresta e pescas, a biodiversidade, a energia e indústria, o ordenamento do território e cidades, os recursos hídricos, a saúde humana, a segurança de pessoas e bens e o turismo.

Considerando esta necessidade imperiosa de adaptação às alterações climáticas e de promover a sustentabilidade dos recursos, têm sido dados os primeiros passos no desenvolvimento de iniciativas de combate à desertificação, economia circular, bioeconomia e modos de produção sustentáveis:

Combate à Desertificação: A TAGUS coordenou o projeto “Combate à Desertificação do Ribatejo Interior”, em que, juntamente com parceiros regionais, sensibilizou a comunidade local, em especial os jovens, para o combate à desertificação e ao despovoamento do Ribatejo Interior.

Economia Circular: A CIM do Médio Tejo, aprovou em 2020, o Plano Intermunicipal de Economia Circular, onde se prevê a aposta no uso eficiente dos recursos, ao nível da gestão eficiente da energia, água, efluentes e outros recursos relevantes, a valorização dos resíduos, a realização de compras públicas ecológicas e circulares (com base em critérios ecológicos e de circularidade), a educação e sensibilização dos cidadãos, entre outros. Em Abrantes, os Serviços Municipalizados (SMA) já implementaram um projeto piloto de Recolha Seletiva de Biorresíduos nas seguintes freguesias: UF de Abrantes e Alferrarede, Freguesia de Pego e Freguesia de Tramagal.

Bioeconomia: No território da TAGUS, a bioeconomia representa um volume de negócios de 126 milhões de euros (46 milhões de euros de valor acrescentado) e emprega 1 248 pessoas. Em Abrantes, sobressaem as indústrias alimentares, que representam 3,10% do total do VAB do concelho e empregam 4,54% do total de pessoas ao serviço no concelho. Em Constância, é o setor da fabricação de pasta de papel e de cartão que mais se destaca, representando 48,49% do VAB do concelho e empregando 16,74% do total de pessoas ao serviço. No Município do Sardoal, é o setor

da silvicultura e exploração florestal que mais contribuiu para o VAB (4,19%) e para o emprego (4,79%) no município.

Modos de produção mais amigos do ambiente: No que diz respeito à área de produção em agricultura biológica, Abrantes (5,1%) destaca-se de Constância (0,1%) e de Sardoal (0,4%), apresentando uma média superior à registada para o Médio Tejo (2,3%). A superfície em Agricultura Biológica tem vindo a aumentar, exceto no Município de Constância onde esta tendência não se verifica. Todavia, a área de produção biológica no território é diminuta e com fraca expressão.

vi. Transição energética e digital: Procurando transitar para uma matriz energética menos dependente dos combustíveis fósseis, a CIM Médio Tejo tem em curso um estudo de implementação de Comunidades de Energia Renovável (CER), e o Município de Abrantes tem encetado esforços para implementar duas CER. Neste mesmo contexto, o governo instalou, na barragem de Castelo do Bode, painéis fotovoltaicos flutuantes, cuja potência foi leiloadada o ano passado. Em Constância, mais propriamente em Santa Margarida da Coutada, a empresa Cleanwatts vai investir também na criação de uma CER, que contará com uma central fotovoltaica com potencial para apoiar 168 famílias. Reconhecendo o papel que o hidrogénio pode desempenhar na descarbonização de vários setores da economia, em particular da indústria e dos transportes, a região do Médio Tejo, afirmou-se como a Região do Hidrogénio, sendo pioneira na sua promoção. A título de exemplo poder-se-ão enunciar algumas iniciativas que estão a ser desenvolvidas em termos de valorização de recursos para a produção de energia: a celulose do Caima e a utilização do efluente “licor negro” para produzir energia e o projeto UrbanBiogás que aproveita o biometano produzido a partir de resíduos sólidos urbanos depositados no aterro sanitário da Concavada.

Em termos de transição digital, o território apresenta várias “áreas brancas”, especialmente nas freguesias mais rurais, com grande dificuldade no acesso a rede móvel de internet, dificultando a atratividade do território para viver e investir, sendo necessário fazer um reforço na cobertura de rede com alta capacidade.

vii. Governança local, inovação social, cidadania e sociedade civil:

Em termos de governança local, inovação, cidadania e sociedade civil podem-se evidenciar vários aspetos e iniciativas que demonstram o trabalho efetuado neste âmbito no território:

- A promoção de orçamentos participativos pelos Municípios, em especial em Abrantes e no Sardoal, por forma a dar voz aos cidadãos, convidando-os a submeter propostas de ações e projetos, reservando uma parte do orçamento para tal;

- O desenvolvimento de projetos de inovação social com o objetivo de dar resposta a problemas sociais emergentes, podendo ser destacados apenas a título de exemplo o projeto “Amigos do Ziki”, um projeto que pretende capacitar todas as crianças para a manutenção de uma boa saúde emocional e mental ao longo da vida;

O território é particularmente rico no domínio do associativismo, verificando-se a existência de uma pluralidade alargada de associações com áreas de atuação diversificadas: cultura, património, desporto, atividades recreativas, associações de jovens, entre outras. Na sua maioria, são constituídas por voluntários da comunidade que, em conjunto com as autarquias locais, desenvolvem e prestam serviços de grande relevância para a comunidade. Em consequência da sua grande representatividade no território, denota-se a necessidade de ser desenvolvido um maior esforço na articulação dos seus projetos e na cooperação em rede por forma a potenciar o seu trabalho.

Considerando os vários domínios de análise, são identificados, de seguida, as várias forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do território.

ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES (FORÇAS)

- i. Captação de fluxos migratórios
- ii. Grandes empresas de indústria no território
- iii. Diminuição da taxa de desemprego
- iv. Aumento do nº de dormidas e da estada média no setor do turismo
- v. Diversidade de recursos patrimoniais, naturais e culturais
- vi. Áreas rurais com solo agrícola e florestal com potencial e desenvolvimento
- vii. Gastronomia, artesanato e tradições de elevado valor
- viii. A floresta e o seu importante valor natural e económico
- ix. Produtos agroindustriais de importância relevante (olival/azeite, vinha/vinho, sobreiro/cortiça)
- x. Centralidade geográfica, proximidade aos principais centros urbanos e acessibilidades facilitadas
- xi. Forte associativismo (grupos teatro, filarmónicas, associações recreativas, etc.)

PONTOS FRACOS (FRAQUEZAS)

- i. Perda população, despovoamento
- ii. Índice de envelhecimento elevado
- iii. Falta de mão-de-obra especializada
- iv. Fuga jovens qualificados
- v. Abandono da superfície agroflorestal por falta de atratividade económica
- vi. Fraca estruturação da oferta turística
- vii. Fraca valorização do rio Tejo como ativo estratégico
- viii. Pouca diversificação das culturas agrícolas
- ix. Canais de escoamento pouco organizados e dinamizados

x. Défice na oferta de apoio social em áreas de maior fragilidade: envelhecimento, migração, entre outros

xi. Áreas brancas com deficiente acesso à internet

xii. Fraca gestão e ordenamento florestal

xiii. Inexistência de projetos âncora e de uma estratégia de marketing territorial

OPORTUNIDADES

i. Jovens e famílias a instalarem-se no território (teletrabalho)

ii. Procura crescente de turismo temático (literário, cultural, de natureza, rural, de experiência,) etc.

iii. Procura por produtos endógenos de valor

iv. Preocupação crescente do consumidor com a sustentabilidade dos produtos consumidos

v. Investimento realizado no território em termos de transição energética

vi Zona Livre Tecnológica (Abrantes)

vii Entidades do setor de Ensino e Investigação com área de atuação no território: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural, Instituto Politécnico de Tomar, Tagus Valley (Parque de Ciência e Tecnologia)

AMEAÇAS

i. Mercados de trabalho atrativos fora do território

ii. Territórios concorrentes (e.g Área Metropolitana de Lisboa)

iii. Marcas concorrentes no âmbito dos produtos agroalimentares, em particular no vinho e no azeite e com boas estratégias de marketing associadas

iv. Alterações climáticas e escassez de recursos, em particular a água.

5. Desafios a que a parceria pretende dar resposta: Enfoques temáticos e respetivos objetivos e objetivos

O diagnóstico realizado destaca um conjunto de fragilidades comuns a todo o território, tendo sido identificadas como as mais desafiantes as seguintes: abandono e despovoamento das zonas rurais com efeitos na descaracterização da paisagem e no declínio económico do território; dificuldade em fixar população jovem, falta de mão de obra especializada; fraca atratividade das atividades ligadas ao mundo rural, efeitos das alterações climáticas na qualidade de vida e na sustentabilidade dos recursos, envelhecimento da população,

ausência ou incipiente cooperação e trabalho em rede e inexistência de uma marca territorial forte e agregadora.

São desafios que ameaçam agravar-se nos próximos anos se nada for feito, originando estrangulamentos no desenvolvimento económico e social do território e na qualidade de vida da população. Reverter esta tendência requer um esforço coletivo no aproveitamento e gestão dos ativos e recursos que são considerados pilares estratégicos na construção da Estratégia de Desenvolvimento Local: a **Floresta, os Recursos Naturais**, nomeadamente o solo produtivo para agricultura, os Rios (Tejo e Zêzere) e a Paisagem, os **Produtos Endógenos e Tradicionais** com particular destaque para o olival e o azeite, a vinha e o vinho, o sobreiro e a cortiça, a gastronomia e o artesanato e a **Cultura e Património** nomeadamente o património edificado, o património cultural e imaterial ligado às tradições, aos usos e costumes e as ligações do território a grandes autores da literatura portuguesa (Camões, António Botto, Alexandre O'Neill e Gil Vicente).

Com base no diagnóstico participado e na identificação dos principais desafios e ativos estratégicos do território, foi definida uma Visão para o território perspetivando um cenário e uma ambição de futuro traduzida da seguinte forma: ***“Ribatejo Interior: Um território com identidade para viver, trabalhar, visitar e investir.”***

Pretende-se congregar esforços por forma a alcançar um território com identidade assente em fatores diferenciadores e genuínos, com capacidade de atração de pessoas, em especial jovens em idade ativa, de empresas e negócios inovadores e de turistas, garantindo o seu desenvolvimento sustentável, económico e social, e a inversão do despovoamento do território como condição fundamental para a preservação da paisagem, dos ecossistemas e da biodiversidade.

De acordo com esta Visão foram definidos os objetivos estratégicos e os enfoques temáticos da EDL.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1 – Promover o desenvolvimento económico do território assente na digitalização, inovação e qualificação;

OE2 – Fomentar a adaptação às alterações climáticas e promover a sustentabilidade dos recursos;

OE3 - Favorecer o equilíbrio demográfico, a qualidade de vida, a inclusão e a inovação social;

OE4 – Promover a coesão interna, a competitividade externa, a dinamização e cooperação em rede.

ENFOQUES TEMÁTICOS

ET1: Desenvolvimento económico assente na digitalização, na inovação e qualificação

Dinamizar o empreendedorismo e aumentar a competitividade das empresas do território, em particular as de matriz rural. Promover condições que estimulem a qualificação e a inovação. Promover a criação de emprego. Valorizar os recursos e produtos endógenos.

Ações:

1.1 Apoio ao empreendedorismo, a modernização e a criação de novos negócios com especial enfoque em áreas estratégicas como agricultura e floresta, a bioeconomia, o turismo rural e empreendedorismo de artes e ofícios;

- 1.2. Apoio à transição digital e energética das empresas de matriz rural;
- 1.3. Promoção e valorização dos recursos endógenos e tradicionais através de I&D (e.g. novos produtos em termos de agroindústria, melhoramento genético, embalagem para produtos perecíveis, qualificação de produtos (IGP, DOP);
- 1.4. Organização e promoção de clusters de valorização das fileiras do azeite, do vinho e da cortiça, desde a produção primária até à comercialização final;
- 1.5. Gestão produtiva da floresta promovendo o sequestro de carbono e a emissão de créditos de carbono através da reflorestação com novas espécies;
- 1.6. Capacitação de agricultores e produtores florestais em áreas determinantes para a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos recursos, como por exemplo os modos de produção sustentáveis, técnicas agrícolas e florestais com vista à preservação da biodiversidade, gestão eficaz de recursos, adaptação de espécies, entre outros.

Desafios a que responde: Promoção da atratividade das atividades ligadas ao mundo rural. Captação a criação de novos negócios e empresas de matriz rural. Fixação da população jovem. Criação de emprego. Desenvolvimento de projetos inovadores ancorados nos recursos endógenos do território. Promoção da qualificação da população em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico sustentável.

ET2: Alterações Climáticas e Sustentabilidade de Recursos

Promover a adaptação e resiliência do território às alterações climáticas. Proteger os recursos naturais. Salvarguardar a biodiversidade e os recursos numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Ações:

- 2.1. Gestão da Água: criação de reservatórios, charcas, regadios, aproveitamento de águas residuais para irrigação de espaços públicos e campos de cultivo, entre outros.
- 2.2. Produção e comercialização alimentar sustentável: desenvolvimento de cadeias curtas de comercialização e mercados locais;
- 2.3. Apoio ao desenvolvimento de comunidades de energia renovável;
- 2.4. Apoio à promoção de corredores verdes/zonas tampão para proteção de habitats de incêndios rurais ou outros riscos (e.g.indústria);
- 2.5. Promoção de sistemas alimentares sustentáveis através da introdução de alimentos locais no mercado institucional de alimentos (cantinas escolares, IPSS, etc.) através de iniciativas de organização de produtores locais e capacitação para a contratação pública ecológica;
- 2.6. Apoio ao desenvolvimento de serviços de ecossistema, fomentando as atividades de agrosilvopastorícia, preservação de habitats e da paisagem tradicional;
- 2.7. Apoio à gestão conjunta de espaços florestados (e.g. condomínios de aldeia);
- 2.8. Promoção de mosaicos florestais e atividades cinegéticas produtoras da biodiversidade;
- 2.9. Capacitação da Comunidade no âmbito da literacia ambiental e sensibilização para a importância dos agricultores na proteção da biodiversidade e na sustentabilidade.

Desafios a que responde: Promoção da biodiversidade. Proteção e preservação de habitats e recursos naturais. Adaptação do território às alterações climáticas, promovendo a gestão dos recursos e a segurança das pessoas. Resiliência ambiental.

ET3: Qualidade de Vida, Inclusão e Inovação Social

Promover a qualidade de vida da população por via do desenvolvimento de respostas e serviços essenciais para a fixação da população no território e o seu bem-estar pessoal, profissional e social. Favorecer o empreendedorismo e a inovação social. Promover o capital humano.

Ações:

3.1 Promoção do empreendedorismo social: apoio ao desenvolvimento de projetos e iniciativas de inovação social que deem resposta a áreas sociais emergentes no território, nomeadamente: i) a integração social e económica de comunidades de migrantes; ii) o envelhecimento e a promoção da intergeracionalidade e iii) a infância e juventude;

3.2. Promoção da igualdade de género;

3.2 Desenvolvimento de serviços de proximidade à população em áreas essenciais, como a saúde, que permita às populações, em especial as mais isoladas, o acesso igual a serviços essenciais;

3.3 Valorização e qualificação do capital humano através do apoio ao desenvolvimento de ações de formação e qualificação em áreas consideradas prioritárias no território, dando resposta às necessidades do mercado de trabalho;

3.4. Capacitação das instituições da área da economia social para o desenvolvimento de respostas sociais para problemas e vulnerabilidades sociais emergentes.

Desafios a que responde: Resiliência demográfica. Promoção de serviços que respondam às necessidades e constrangimentos decorrentes do progressivo envelhecimento e isolamento social da população. Qualificação profissional como vista a combater a falta de mão de obra especializada. Integração e inclusão de comunidades de migrantes. Desenvolvimento de serviços de proximidade que promovam a qualidade de vida e o apoio às famílias.

ET4: Coesão interna, Competitividade externa, dinamização e cooperação em rede

Fomentar a coesão interna e a competitividade externa do território através do desenvolvimento de uma marca territorial que afirme a sua identidade. Promover a organização e a estruturação de serviços e iniciativas ancorados nos ativos estratégicos do território. Favorecer a articulação urbano rural. Promover a dinamização e a cooperação entre as diversas entidades e organismos.

Ações:

4.1 Iniciativas de apoio à promoção turística integrada e à estruturação coletiva de ofertas turísticas baseadas nos seguintes segmentos: turismo de natureza, náutico e desportivo, turismo cultural e literário, turismo gastronómico através da estruturação da oferta de pratos e produtos gastronómicos locais na restauração (e.g. peixe do rio, vinhos e azeite);

4.2 Capacitação de operadores turísticos;

4.3 Apoio à compilação e organização de património documental, cultural, artístico e histórico;

4.4. Apoio ao desenvolvimento de hubs criativos e inovadores tendo por base os produtos endógenos do território (e.g. cortiça);

4.5. Articulação e interface dos espaços urbanos e rurais através do desenvolvimento de estratégias de aldeias inteligentes;

4.6. Apoio à recuperação e valorização do património natural e cultural;

4.7. Qualificação de espaço público e edificado patrimonial;

4.8 Participação e desenvolvimento de iniciativas que visem a dinamização do território e o trabalho e a cooperação em rede entre as várias entidades e organismos territoriais e supraterritoriais;

4.9. Apoio ao desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial.

Desafios a que responde: Promoção de uma marca territorial robusta. Combate ao despovoamento das áreas rurais. Articulação urbano-rural. Atração de população jovem e ativa. Promoção da cooperação institucional e do trabalho em rede.

6. Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento com as comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria

Por forma a assegurar o envolvimento dos parceiros e da comunidade no desenvolvimento da EDL, foram dinamizadas várias ações participativas, com vista a recolher os variados contributos:

- Realização de visitas a entidades e projetos dinamizados no território, no sentido de auscultar as suas dificuldades, expectativas, oportunidades e sugestões de melhoria, com vista a potenciar o trabalho desenvolvido pela TAGUS enquanto GAL. Para além disso, foram auscultados relativamente às atividades económicas, culturais e turísticas que poderão contribuir com maior potencial para a dinamização do território.
- Procurando auscultar os principais atores do território e envolvê-los na definição da nova estratégia da TAGUS, foram realizados 6 Focus Group temáticos: Economia Social, Educação e Alimentação (Literacia Alimentar), Agricultura, Floresta e Alimentação, Turismo, Cultura e Património, Empreendedorismo e Ambiente e Ação Climática. As várias entidades/pessoas presentes foram convidadas a refletir sobre os principais desafios do território e a enunciar ideias e ações que pudessem contribuir para sua resolução ou mitigação.



- Foi disponibilizado um formulário inquérito online, ao qual responderam 81 pessoas e que permitiu recolher as suas opiniões sobre as áreas estratégicas a desenvolver no território.



- No dia 4 de julho de 2023, realizou-se a Assembleia-Geral da Parceria Territorial na qual foram ouvidos os contributos dos vários parceiros, para a construção da nova EDL.



7. Evidência da articulação com as estratégicas regionais e sub-regionais

Enfoques Temáticos EDL TAGUS	Centro 2030	Turismo Centro 2030	Médio Tejo 2030	ITI Pinhal Interior (*Sardoal)
ET1: Desenvolvimento Económico, digitalização, Inovação e qualificação	OP1 Centro + Competitivo (inovação, digitalização competitividade das empresas)	Património, História e Gastronomia e Vinhos; Natureza, Wellness, Turismo ativo e desportivo; Turismo Religioso; Lifestyle, Inspirational e novas tendências	OE1 Renovar modelo competitivo regional, investimento e inovação; OE3 Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável; OE5 Qualidade de acesso pela consolidação de redes	OE5 Estrutura económica e emprego como meios de fixar população; OE7 Qualificação profissional e criação de conhecimentos e inovação
ET2: Alterações Climáticas e Sustentabilidade de Recursos	OP2 Centro + Verde (transição energética, energias renováveis luta contra alterações climáticas)		OE3 Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável	OE1 Políticas e instrumentos de ordenamento e gestão sustentável dos espaços florestais; OE3 Gestão do fogo rural; OE4 Proteção da floresta e a segurança das populações
ET3: Qualidade de vida, inclusão e inovação social	OP4 Centro + Social e Inclusivo (Educação, igualdade de acesso à saúde, inclusão social)		OE2 Qualidade de vida pela promoção da coesão distintiva;	OE8 Promover a inovação e a inclusão social
ET4: Coesão interna, competitividade externa, dinamização e cooperação em rede	OP5 Centro + coeso e + próximo dos cidadãos (Coesão social e territorial)	Património, História e Gastronomia e Vinhos; Natureza, Wellness, Turismo ativo e desportivo; Turismo Religioso; Lifestyle, Inspirational e novas tendências	OE3 Qualificação dos recursos por valorização económica e sustentável; OE4 Resiliência do território e das suas articulações; OE5 Qualidade de acesso pela consolidação de redes	OE2 Recuperar, ordenar e valorizar os espaços rústicos; OE6 Promover a atratividade e a coesão territorial

8. Definição das áreas de intervenção da EDL a mobilizar através da PEPAC, via implementação de um plano de ação específico

Enfoques Temáticos (ET)	Ações Previstas	Necessidades principais (NP)	Necessidades complementares (NC)
ET1: Desenvolvimento Económico, digitalização, Inovação e qualificação	1. Apoiar o empreendedorismo, a modernização, a digitalização e a criação de novos negócios; 2. Apoiar a transição digital e energética das empresas de matriz rural; 3. Promoção e valorização dos recursos endógenos através de I&D; 4. Organização e promoção de clusters de valorização das fileiras do azeite, do vinho e da cortiça; 5. Apoiar a gestão produtiva da floresta; 6. Capacitar agricultores e produtores florestais.	PTOE8N2 COE8N1 COE8N2 COE8N5 COE8N6	COE1N5, COE2N1, PTOE4N2, COE9N5, PTOTN1, PTOTN2, PTOTN4, PTOTN3
ET2: Alterações Climáticas e Sustentabilidade de Recursos	1. Promoção da Gestão da Água; 2. Produção e comercialização alimentar sustentável: cadeias curtas e mercados locais; 3. Comunidades de energia renovável; 4. Apoio à promoção de corredores verdes/zonas tampão; 5. Sistemas alimentares sustentáveis através da introdução de alimentos locais no mercado institucional de alimentos; 6. Serviços de ecossistema; 7. Gestão conjunta de espaços florestados: Condomínios de Aldeia; 8. Promoção de mosaicos florestais e atividades cinegéticas promotoras de biodiversidade; 9. Capacitação da comunidade para a literacia ambiental e papel dos agricultores.	PTOE8N2 COE8N1 COE8N5 COE8N6	PTOE2N1, PTOE4N1, COE4N5, PTOE4N2, PTOE6N1, COE6N4, COE6N5, COE6N6, COE9N5, PTOTN2, PTOTN4
ET3: Qualidade de vida, inclusão e inovação social	1. Empreendedorismo social; 2. Desenvolvimento de serviços de proximidade; 3. Valorização e qualificação do capital humano; 4. Capacitação para o desenvolvimento de respostas sociais inovadoras; 5. Promoção da igualdade de género.	COE8N7	COE7N5
ET4: Coesão interna, competitividade externa, dinamização e cooperação em rede	1. Turismo e Património; 2. Articulação urbano-rural: Smart Villages; 3. Criação de hub criativo e inovador com base dos produtos endógenos; 4. Recuperação e valorização do património natural e cultural; 5. Qualificação do espaço público e edificado patrimonial; 6. Capacitação institucional e cooperação em rede; 7. Marketing Territorial	PTOE8N1 COE8N2	COE2N1 PTOE2N1 COE6N5 COE7N5 COE9N8 PTOTN3

9. Plano de Ação – medidas FEADER e ligação com objetivos/resultados da PEPAC

Enfoques Temáticos (ET)	Necessidades principais (NP)	Necessidades complementares (NC)	(%) Resultados PEPAC	% afetação ao ET
ET1: Desenvolvimento Económico, digitalização, Inovação e qualificação	PTOE8N2 COE8N1 COE8N2 COE8N5 COE8N6	COE1N5, COE2N1, PTOE4N2, COE9N5, PTOTN1, PTOTN2, PTOTN4, PTOTN3	R.37 (10%) R.39 (16%) R.9 (11%) R.10 (4%) R.15 (1%) R.17 (2%) R.18 (3%)	47%
ET2: Alterações Climáticas e Sustentabilidade de Recursos	PTOE8N2 COE8N1 COE8N5 COE8N6	PTOE2N1, PTOE4N1, COE4N5, PTOE4N2, PTOE6N1, COE6N4, COE6N5, COE6N6, COE9N5, PTOTN2, PTOTN4	R.9 (9%) R.10 (4%) R.15 (2%) R.17 (3%) R.18 (2%)	20%
ET3: Qualidade de vida, inclusão e inovação social	COE8N7	COE7N5	R.42 (8%)	8%
ET4: Coesão interna, competitividade externa, dinamização e cooperação em rede	PTOE8N1 COE8N2	COE2N1, PTOE2N1, COE6N5, COE7N5, COE9N8, PTOTN3	R.40 (5%) R.41 (20%)	25%

Resultados	% FEADER	Resultados	% FEADER	Resultados	%FEADER	Resultados	%FEADER
R.9	20%	R.17	5%	R.39	16%	R. 42	8%
R.10	8%	R.18	5 %	R.40	5%		
R.15	3%	R.37	10%	R.41	20%		